

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**FUNDAMENTO LEGAL: art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.**

**UNIDADE REQUISITANTE**

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico.

**1. DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviço segurança desarmada e Socorrista/Brigadista especializada para eventos com profissionais devidamente habilitados, identificados com uniforme e equipamentos próprios para o apoio e suporte as necessidades do evento **“Rodeio Show”** no Município de Porto Murtinho MS, durante os dias 11 a 14 de junho de 2026, conforme detalhamento deste Termo de Referência.

**2. Legislação**

2.1 Conforme disposições do inciso II e do parágrafo 3º, ambos do artigo 75 da Lei 14.133/2021, a Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, faz saber que está em andamento um processo de contratação direta por dispensa de licitação, conforme segue:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras 1; [...]

3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

**3. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico**

3.1 A CONTRATADA deverá prestar serviços de segurança desarmada e socorrista/brigadista especializados para eventos diurno e noturno com profissionais devidamente habilitados e identificados, conforme especificações a seguir:

ITEM	NOME E ESPECIFICAÇÃO DOS BENS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS	UNIDADE DE MEDIDA	QTE
01	<b>SEGURANÇA.</b> Serviço de segurança desarmada para eventos, uniformizado e capacitado, com equipamentos de segurança e comunicação, instruídos para os cuidados de relacionamento com o público, bem como suporte de apoio tático de emergência para revistas e segurança preventiva, zelar pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos, auxiliar na recepção e controle da movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito do evento, cumprir as normas fornecidas pela organização do evento durante a sua realização.	Diária	120
02	<b>BRIGADISTA.</b> Serviço de brigadista para atendimento de eventos, uniformizado e capacitado, com equipamentos necessários e suficientes para o desempenho da função e atuar na prevenção, monitoramento e combate de incêndios e cumprir as normas fornecidas pela organização do evento.	Diária	26

#### **4. DO LOCAL E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. Os serviços deverão ser executados no evento “Rodeio Show” que será realizado no período de 11 a 14 de junho de 2026, no espaço de Eventos Flor do Camalote, localizado no anel viário do Município de Porto Murtinho/MS, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos inerentes a Dispensa de Licitação, sem qualquer ônus adicional ao Município.

4.1.1. A execução do serviço deverá ser de forma integral, por profissionais devidamente habilitados e equipados e em quantidade suficiente, conforme Autorização de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal de Porto Murtinho/MS, no espaço de Eventos Flor do Camalote, localizado no anel viário do Município de Porto Murtinho/MS.

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico**

**4.2. Da execução dos serviços:**

4.2.1. A execução dos serviços deverá ser realizada durante os dias 11 a 14 de junho de 2026, no evento **“Rodeio Show”**, na forma que segue:

**a. Serviços de Segurança:**

- I. Empresa deverá disponibilizar seguranças conforme Empresa deverá disponibilizar seguranças conforme solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, devidamente uniformizados e com equipamentos necessários e suficientes para os trabalhos;
- II. Cada segurança deverá estar qualificada dentro das normas e padrões exigidos pelo órgão de fiscalização e controle responsável;
- III. A disponibilização e quantidade por dia de seguranças serão determinadas pela coordenação do evento;
- IV. Cada segurança deverá estar em plenas condições físicas e psicológicas para exercer as funções que lhe serão atribuídas;
- V. Os setores serão definidos pela organização do evento;
- VI. A contratação deverá ter em seu quadro de pessoal profissionais do sexo feminino em quantidade suficiente para atender a demanda da organização do evento.
- VII. A carga horária de cada segurança deverá ser de 10 horas;
- VIII. Todos os profissionais deverão estar habilitados na CNV- Carteira nacional de vigilante;
- IX. Todos os profissionais deverão estar devidamente uniformizados e identificados;
- X. Cada segurança deve portar o seu equipamento de proteção e segurança;
- XI. Os seguranças deverão circular no espaço do evento;
- XII. Despesas como transporte, hospedagem e alimentação são de responsabilidade da Contratada.

**b. Serviços de Brigadista/socorrista:**

- I. Empresa deverá disponibilizar brigadistas/socorristas conforme solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, devidamente uniformizados e com equipamentos necessários e suficientes para os trabalhos;

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico**

- II. Cada Brigadista deverá apresentar certificado e cadastro no Bombeiro, Conforme Norma Técnica 12 e 17 do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso do Sul;
- III. A disponibilização e quantidade por dia de brigadistas será determinada pela coordenação do evento.
- IV. Cada brigadista deverá estar em plenas condições físicas e psicológicas para exercer as funções que lhe serão atribuídas;
- V. A carga horária de cada segurança deverá ser de 10 horas;
- VI. Todos os profissionais deverão estar devidamente uniformizados e identificados;
- VII. Prestar primeiros socorros às possíveis vítimas mantendo ou restabelecendo suas funções vitais até que se obtenha o socorro especializado;
- VIII. O brigadista deverá estar uniformizado de modo que permita identificá-lo como membro da brigada e que possa ser facilmente visualizado a distância;
- IX. O órgão responsável pelo evento deverá disponibilizar um ou mais pontos de atendimento dos brigadistas para distribuição das tarefas;
- X. Despesas como transporte, hospedagem e alimentação são de responsabilidade da Contratada.

#### **4.3. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA DO CONTRATO**

4.3.1 A licitante responsável pela proposta vencedora da Dispensa de Licitação deverá assinar o instrumento de contrato ou documento equivalente no prazo de até 5 (cinco) dias corridos contados da data de sua convocação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei e neste edital;

4.3.2. O prazo de vigência da contratação será de 30 (trinta) dias, contados da data de empenho.

#### **5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

5.1. A contratação de uma empresa especializada em segurança desarmada e brigadista/socorrista para o evento do Rodeio Show em Porto Murtinho é fundamental para garantir a segurança e o bem-estar de todos os participantes. Com a presença de um contingente de profissionais

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico**

qualificados, é possível prevenir e lidar com possíveis incidentes, desde situações de emergência médica até conflitos de ordem pública. A segurança desarmada proporciona um ambiente tranquilo e controlado, enquanto os brigadistas e socorristas estão preparados para agir rapidamente em casos de necessidade, garantindo uma resposta eficiente a qualquer eventualidade. Dessa forma, a contratação desses serviços contribui diretamente para o sucesso e a reputação positiva do evento, assegurando uma experiência segura e agradável para todos os envolvidos.

5.2. Além disso, a presença de uma empresa especializada em segurança e socorro demonstra o compromisso das autoridades e organizadores com a integridade e o conforto dos participantes do Rodeio Show. A expertise desses profissionais garante que medidas preventivas sejam implementadas de forma eficaz, reduzindo os riscos de incidentes e proporcionando uma atmosfera de tranquilidade para os visitantes. O cuidado com a segurança é essencial para a manutenção da ordem durante o evento, evitando problemas que possam comprometer a realização do mesmo e garantindo a satisfação do público.

5.3. Por fim, a contratação de uma empresa especializada em segurança desarmada e brigadista/socorrista é uma medida responsável e prudente, alinhada com as normativas de segurança e bem-estar estabelecidas para eventos dessa natureza. Ao investir na qualificação e na presença desses profissionais, os organizadores do Rodeio Show demonstram seu comprometimento com a proteção dos participantes e a garantia de um ambiente seguro e controlado. Essa decisão estratégica não apenas atende às exigências legais, mas também promove uma atmosfera de confiança e credibilidade em torno do evento, contribuindo para sua reputação positiva e o sucesso de futuras edições.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

6.1 A contratação de uma empresa especializada em segurança desarmada e brigadista/socorrista para o Rodeio Show de Porto Murtinho tem como objetivo garantir a segurança e bem-estar de todos os participantes e visitantes do evento. Este evento, que celebra o aniversário da cidade, atrai uma grande quantidade de pessoas, tornando essencial a presença de profissionais qualificados para manter a ordem e prestar primeiros socorros em caso de emergências. A empresa contratada será responsável por fornecer um serviço de segurança desarmada, atuando de maneira preventiva

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO  
Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico

e proativa para evitar conflitos e garantir a tranquilidade do público, além de disponibilizar brigadistas/socorristas treinados para atender qualquer situação de urgência médica.

6.2 O serviço de segurança desarmada incluirá a vigilância de todas as áreas do evento, como entrada, saídas, arquibancadas, áreas de alimentação e estacionamento, visando prevenir furtos, vandalismo e outros incidentes que possam comprometer a segurança dos presentes. Os profissionais serão treinados para identificar comportamentos suspeitos e agir de maneira discreta e eficiente, garantindo um ambiente seguro e agradável para todos.

6.3 Já os brigadistas/socorristas estarão preparados para atuar em casos de acidentes, mal súbito e outras emergências, proporcionando atendimento rápido e eficiente até a chegada de uma equipe médica, se necessário.

6.4. Para garantir a eficácia e qualidade dos serviços prestados, a empresa contratada deverá cumprir os seguintes itens:

1. **Seleção e treinamento rigoroso dos profissionais:** Assegurar que todos os seguranças e brigadistas/socorristas possuam as qualificações necessárias e estejam devidamente treinados para as funções que irão desempenhar durante o evento.
2. **Planejamento estratégico de segurança:** Desenvolver um plano detalhado de segurança que aborde todas as áreas e situações de risco, incluindo rotas de evacuação e pontos de atendimento médico.
3. **Equipamentos adequados:** Fornecer aos profissionais os equipamentos necessários para a execução de suas tarefas, como rádios comunicadores, kits de primeiros socorros e uniformes identificáveis.
4. **Monitoramento contínuo:** Implementar um sistema de monitoramento em tempo real para supervisionar as atividades de segurança e resposta a emergências, permitindo uma reação rápida e coordenada.
5. **Comunicação eficiente:** Estabelecer canais de comunicação claros e eficientes entre a equipe de segurança, os organizadores do evento e as autoridades locais.
6. **Avaliação pós-evento:** Realizar uma avaliação detalhada após o evento para identificar pontos de melhoria e assegurar que quaisquer incidentes ocorridos sejam analisados e as soluções implementadas para futuros eventos.

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico**

6.5. Essas medidas visam garantir que o Rodeio Show de Porto Murtinho seja realizado com segurança, proporcionando uma experiência tranquila e agradável para todos os participantes, celebrando de maneira positiva o aniversário da cidade.

## **7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.5. De acordo com o Art. 117, da Lei 14.133, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado para esse fim, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando, o que for necessário, à regularização das faltas ou dos defeitos observados. Desse modo, será designado como fiscal para este contrato a servidora Maria Eduarda da Silva Rodrigues – Matrícula 1253439, lotada na Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, e como substituta, a servidora Diana Morinigo Velázquez – Matrícula: 442/01, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico.

7.6. O (s) fiscal (is) do contrato acompanhará (ão) a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico**

## **8. DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta dispensa, será efetuado mediante crédito em conta corrente, após a realização dos serviços. Será depositado até 05 (cinco) dias úteis após o evento, mediante a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme previsto na Lei 14.133/2021.

8.2. A Contratada deverá obrigatoriamente encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:

8.2.1. Nota Fiscal ou documento equivalente gerada de acordo com o fornecimento das quantidades dos serviços executados e solicitados na Autorização de Fornecimento;

8.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.2.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

8.3. A falta de um dos documentos dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, poderá implicar no atraso ou não recebimento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

### **9.1. Documentos Relativos à Habilitação**

9.1.1. Poderão participar do processo de contratação, quaisquer empresas interessadas, cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com os serviços que serão prestados e ainda, que satisfaçam as condições deste Termo de Referência;

9.1.2. Apresentação de memorial descritivo dos serviços a serem realizados contendo as condições de execução dos serviços e as obrigações;

9.1.3. Proposta de preços do contratado, especificando os custos;

9.1.4. A contratada deverá realizar declaração que possui profissionais de segurança e



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico**

brigadistas/socorristas devidamente habilitados, sendo assim os seguranças devem possuir CNV (carteira nacional de vigilante) com validade e vigente, bem como a empresa contratada deverá se comprometer que no dia do evento os seguranças que ali trabalharem devem portar a Carteira Nacional de Vigilante devendo a mesma estar válida.

**9.2. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:**

- 9.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor;
- 9.2.2. Cópia de documento oficial de identificação pessoal do representante apto.
- 9.2.3. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 9.2.4. A empresa deverá possuir autorização da Polícia Federal para exercício da atividade de Segurança, nos termos da PORTARIA DG/PF nº 18.045 DE 17 DE ABRIL DE 2023 ou outra norma que vier a substituí-la, mediante alvará ou termo de autorização vigente, alvará de Funcionamento expedido pelo Departamento de Polícia Federal (validade vigente);
- 9.2.5. Autorização de funcionamento para atuar como prestadora de serviços de vigilância no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Lei n.º 7.102/83, regulamentada pelo Decreto n.º 89.056/83, juntamente com a respectiva revisão, em plena validade, e o Certificado de Segurança emitido DPF;
- 9.2.6. Comprovação de que a empresa está devidamente credenciada junto ao Corpo de Bombeiros Militar bem como que a empresa possui profissionais qualificados com cursos com certificação regulamentado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso do Sul, atendimento pré-hospitalar e combate a incêndio, conforme previsão na atual Lei Federal nº. 11.901/2009, e nas Instruções Normativas da Brigada de Incêndio do CBM/MS.

**9.3. Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:**

- 9.3.1. Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que comprove a regularidade fiscal do licitante referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico**

9.3.2. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente ou apresentação da Certidão de não contribuinte, que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, quando o objeto se referir a aquisição;

9.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos, ou positiva com efeito de Negativa de Tributos Municipais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente ou apresentação da Certidão de não contribuinte, na forma da Lei, que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, quando o objeto se referir a serviços ou obras de engenharia;

9.3.4. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.3.5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

9.3.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, mediante Declaração devidamente assinada pelo representante legal da empresa;

9.3.7. O cumprimento do disposto no inciso XVI do art. 92 da Lei Federal 14.133/2021, mediante Declaração devidamente assinada pelo representante legal da empresa;

**9.4 - Documentação Relativa à Qualificação Econômico-financeira:**

9.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

**10. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado da contratação de empresa especializada na prestação de serviço segurança desarmada e socorrista/brigadista especializada para eventos diurno e noturno com profissionais devidamente habilitados, identificados com uniforme e equipamentos próprios para o apoio e suporte as necessidades de eventos está orçada em R\$ 53.012,80 (cinquenta e três mil, doze reais e oitenta centavos).

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico**

obtidos por meio da média calculada entre orçamento feito em empresa apta a prestação dos serviços, contratações similares de outros órgãos, painel de preços, e portal de compras públicas.

\*Os valores e relatório da pesquisa de preços encontram-se em anexo ao processo.

### **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:14.000 – Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico

Unidade Orçamentária: 14.001 – Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico

Função/Programa:2.165 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico

Elemento de Despesa: 33.90.39.77- Vigilância ostensiva/monitorada

Código Reduzido:107

Fonte de Recurso:1.500.0000

### **12 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Fornece os serviços de segurança desarmada e brigadista/socorrista para o evento “Rodeio Show” que será realizado no período de 11 a 14 de junho de 2026, no espaço de Eventos Flor do Camalote, localizado no anel viário do Município de Porto Murtinho/MS, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos inerentes a Dispensa de Licitação, sem qualquer ônus adicional ao município.

12.2. A empresa Contratada deverá apresentar relação de funcionários qualificado e devidamente habilitado para a prestação dos serviços de segurança desarmada e brigadista/socorrista, devendo declarar que todos os profissionais possuem o registro ou curso de capacitação e treinamento nos órgãos federais e estaduais para o exercício da função;

12.3. Será de responsabilidade da Contratada as despesas com: fornecimento de todos os equipamentos de uso individual, e necessários para a execução dos trabalhos, transporte, hospedagem e alimentação dos seus funcionários. Considerando o déficit de leitos para hospedagem. O Município disponibilizará espaço para eventual alojamento, próximo ao evento, se necessário.

12.4. Será de responsabilidade da Contratada o transporte, segurança e garantias legais de todos os

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico**

equipamentos, materiais e pessoal necessários para a perfeita execução dos serviços contratados, além de responder por qualquer dano direta ou indiretamente que possa vir a causar a terceiros ou a administração.

12.5. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de Dispensa de Licitação, durante a execução do contrato ou equivalente.

12.6. A empresa CONTRATADA se responsabilizará para que nenhum fato superveniente atrapalhe a realização do evento, quanto a falha ou falta de pessoal ou operacionalização dos profissionais de segurança ou brigadistas;

12.7. A CONTRATADA se responsabilizará por todos os profissionais contratados necessários para à fiel e perfeita execução dos serviços, que será de inteira responsabilidade da contratada e não terá qualquer vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, através da Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, sendo, ainda de sua responsabilidade todos os encargos previdenciários, sociais e de qualquer natureza decorrentes da relação de trabalho, e ainda, de quaisquer outras despesas que fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

12.8. A Contratada também deverá fornecer todo o equipamento individual e coletivo para os trabalhos dos profissionais de segurança e brigadistas.

12.9. É imprescindível que os serviços desta contratação esteja à disposição e pronto para a execução nas datas especificadas pela organização do evento.

12.10. É vedada a sublocação e/ou terceirização dos serviços para evitar a contratação de empresa que não possua capacidade técnica e profissional para execução dos serviços, colocando em risco o público presente no Evento e a qualidade dos serviços contratados.

12.11. Relativamente ao disposto no presente tópico aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 - código da Defesa do consumidor.

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

13.1. Fica a Contratante submetida ao cumprimento das incumbências elencadas abaixo:

13.1.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA;

13.1.2. Aplicar as penalidades cabíveis, nas situações previstas na Lei 14.133/21;

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico**

13.1.3. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, e sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato.

13.1.4. Fiscalizar o exato cumprimento das condições estabelecidas no contrato ou documento substituto e seus anexos, através de servidor especialmente designado. Ainda, não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada, pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas nesta especificação nem por quaisquer danos, inclusive a terceiros ou mesmo irregularidades constatadas;

13.1.5. Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

13.1.6. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da empresa contratada;

13.1.7. Efetuar a transferência dos valores necessários pelos serviços efetivamente contratados para o respectivo evento, na forma e prazo estabelecidos no contrato ou seu substituto;

13.1.8. Aplicar as penalidades cabíveis, nas situações previstas no contrato;

13.1.9. Administração se reserva o direito de suspender a prestação de serviços em desacordo com o pactuado entre as partes;

13.1.10. Rejeitar, no todo ou em parte a prestação dos serviços caso esta não apresente resultados satisfatórios ou conforme as obrigações assumidas pela CONTRATADA.

#### **14. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico**

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

VIII – Atrasar a montagem ou execução do evento;

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 2º A sanção prevista no inciso I, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

§ 4º A sanção prevista no inciso III, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico**

responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no § 4º do art. 156, da Lei 14.133/21, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção prevista no inciso IV, do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra: quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do art. 156, da Lei 14.133/21 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput do referido artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput do art. 156, da Lei 14.133/21 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.3. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei 14.133/21, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.4. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/21 dependerá da instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico**

§ 1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput do artigo 158 da Lei 14.133/21;

II - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

14.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei;

14.6. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

14.7. O Poderes Executivo deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato;



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico**

14.8. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - Pagamento da multa;
- III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

14.9. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## **15. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

- 15.1. As propostas serão julgadas com critério de “menor preço global”, consideradas as especificações e valores máximos aceitos pela Administração;
- 15.2. O licitante deverá preencher em sua proposta um endereço de e-mail para o envio de Autorizações de Fornecimento e, toda Nota Fiscal deverá conter os dados bancários da empresa;
- 15.3. Os licitantes que praticarem quaisquer atos previsto da Lei Federal 14.133/2021, conforme os casos ficarão sujeitos às penalidades que serão aplicadas mediante procedimento administrativo, sendo-lhes assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- 15.4. Os casos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021.

Porto Murtinho/MS, 11 de maio de 2026.

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico**

Atenciosamente,



**PATRICIA MOREIRA ACOSTA**

-Secretária de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico-  
Decreto Nº 17.123/2026



**Secretaria Municipal de  
Cultura, Turismo e  
Desenvolvimento Econômico**  
O PORTAL DA ROTA BIOCEÂNICA.